



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTONOR SOARES

126

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0280584-9 (NPU nº 0014403-09.2012.8.17.0000)

Recorrente: DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Recorrido: Rilvan Kleber Barcelos de Oliveira

Advogado: Antônio Pereira de Lima

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

EMENTA: MATÉRIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO DE Nº 0280584-9. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO DESQUALIFICADO PARA CONCORRER A VAGA DESTINADA A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA MEDIDA DE URGÊNCIA PARA GARANTIA DA RESERVA DA VAGA, AFASTANDO A DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO ATÉ DECISÃO FINAL DE MÉRITO. HIPÓTESE DE MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO À EPÍGRAFE. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

A questão controvertida diz respeito ao fato de que o agravante pretende ver reformada a decisão terminativa de fls. 105/106, proferida nos autos do agravo de instrumento de nº 0280584-9, ao argumento de que não há elementos de prova suficientes para garantir seja observada a verossimilhança das alegações e demais requisitos capazes de garantir a reserva de vaga para portador de deficiência em favor da parte agravada/recorrida, afirmando inclusive nas suas razões do Recurso de Agravo às fls. 109/119, "ausência de direito do recorrido à participação em concurso na qualidade de deficiente físico, pela falta de comprovação inequívoca da alegada condição especial".

Reforçando tal entendimento, a recorrente acrescenta ainda em suas razões de fls. 114 que "o laudo médico particular, apresentado pela parte recorrida, foi apresentado de modo ilegível." Porém, é imperioso ressaltar que a mesma parte recorrente deixou de falar do documento de fls. 72/73 dos autos do agravo de instrumento nº 0280584-9, onde fica evidente que o Ministério Público da União, em concurso público anterior, havia, por meio de perícia médica oficial, qualificado o recorrido como portador de deficiência, fato este que levou o Julgador Singular a conceder a medida cautelar com base no art. 273, § 7º do CPC, passando a determinar a reserva da vaga de portador de deficiência física em favor da parte recorrida, para o cargo de assistente de trânsito, agente de trânsito, até decisão posterior pelo judiciário.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

Observando os pressupostos de admissibilidade da pretensão autoral, ratificou esta Relatoria, por meio de decisão unipessoal, a decisão fustigada no recurso de agravo de instrumento, e aqui, por via oblíquo, por meio de recurso de agravo.

Logo, o agravado, ora recorrido, comprovou suficientemente que presentes encontram-se os requisitos necessários à concessão da reserva de vaga pretendida.

Assim, esta 3ª Câmara de Direito Público, ao ratificar a decisão do Juízo a quo, reforçou o entendimento de que presentes: o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, uma vez que a falta da concessão da liminar assegurada pela decisão terminativa aqui revisitada, representaria a eliminação definitiva do demandante, ora recorrido, do concurso público em andamento, já que não mais estaria habilitado a concorrer às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, o que seria incongruente com a situação de já haver, em outro concurso público, o referido candidato sido examinado e qualificado como sendo portador de deficiência (fls. 72/73), por perícia médica oficial, não particular, ressalte-se.

Logo, do cotejo dos autos, verifica-se que a análise médica oficial realizada no candidato pautada nos termos do Edital nº 28 – PGR/MPU, de 10 de novembro de 2010, concluiu pelo enquadramento do ora recorrido na condição de deficiente físico, nos termos do Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, disciplinadora da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

Destarte, se o recorrido foi enquadrado como portador de deficiência física pela perícia médica oficial do concurso acima citado, é impossível seja tal fato ignorado, nesse momento processual, com vistas a prejudicar definitivamente a concorrência do recorrido nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, sob pena de ofensa aos consagrados princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

Outrossim, vale ressaltar que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade (art.37, caput da Constituição Federal), o que implica dizer que ele é válido e eficaz até prova em contrário. Ou seja, inexistindo qualquer comprovação contrária à legitimidade do diagnóstico aplicado pela junta médica do concurso, tem-se pela sua manutenção. Situação esta que não se enquadra para o presente caso.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

127-

É também certo que o Poder Judiciário não pode substituir a junta médica do concurso para reavaliar as condições físicas de cada candidato, e enquadrar qualquer um deles como portador de deficiente físico. A ele só é permitido interferir no mérito da atuação administrativa, nos casos de ilegalidade ou ato abusivo, o que, no caso sob investigação, será analisado após necessária dilação probatória nos autos originários, consoante a existência de prova de já haver o recorrido sido qualificado, em concurso público recente, como pessoa portadora de deficiência.

Portanto, através de decisão monocrática terminativa, proferida no agravo de instrumento de nº 0280584-9, foi negado provimento ao recurso por ser manifestamente improcedente.

A inexistência de fato novo capaz de suplantar a decisão terminativa ora recorrida, implica, inexoravelmente, no improvimento do recurso.

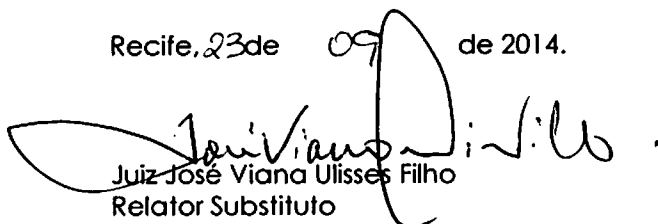
À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento de nº 0280584-9, em que figura como recorrente o DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco e como recorrida Rilvan Kleber Barcelos de Oliveira,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento de nº 0280584-9, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. ANTENOR SOARES

128-

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0280584-9 (NPU nº 0014403-09.2012.8.17.0000)

Recorrente: DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Recorrido: Rilvan Kleber Barcelos de Oliveira

Advogado: Antônio Pereira de Lima

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo na Apelação à epígrafe, Interposto contra decisão terminativa exarada pelo ora Relator**, que manteve a Decisão Interlocutória (fls. 77/77v) proferida pelo Julgador Singular da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, que em autos de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer com Pedido de Antecipação de Tutela (pedido liminar), cumulada com danos morais (Processo nº 0014403-09.2012.8.17.0000), concedeu medida cautelar para determinar a reserva da vaga de portador de deficiência física em favor da parte recorrida, para o cargo de assistente de trânsito, agente de trânsito, até decisão posterior a ser proferida por aquele Juízo, com fulcro no art. 273, §7º do CPC.

Em sede de Agravo de Instrumento esta Relatoria, por meio de decisão monocrática, decidiu pela manutenção da decisão recorrida por meio de agravo de instrumento, razão bastante para a agravante interpor o presente recurso de agravo, com o fito de, entre outros, ver reformada a decisão terminativa de fls. 105/106.

A decisão supramencionada acolheu o parecer do MPPE (fls. 99/102), que opinou pelo improvimento do recurso de agravo de instrumento.

Foi contra a decisão acima comentada que se insurgiu o DETRAN, por meio do presente Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento à epígrafe, pretendendo que esta Relatoria reconsidere a decisão agravada, de modo que seja dado provimento ao mesmo, reformando-se a decisão unipessoal em comento.

Pois bem, analisando detidamente os autos, esta Relatoria vislumbra que a decisão combatida pelo presente recurso de agravo, assim como verificou-se no agravo de instrumento, não merece reforma, pelo que resta confirmada a mencionada decisão terminativa de fls. 105/106, dos autos do agravo de instrumento à epígrafe.

Destarte, não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, por razões ínsitas no próprio voto, prejudicada a retratação, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório.

Recife, 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

129.

3ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0280584-9 (NPU nº 0014403-09.2012.8.17.0000)

Recorrente: DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Recorrido: Rilvan Kleber Barcelos de Oliveira

Advogado: Antônio Pereira de Lima

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Relator Substituto: Juiz José Viana Ulisses Filho

VOTO

Não assiste razão à parte recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a DECISÃO TERMINATIVA proferida às fls. 105/105v dos autos do agravo de instrumento de nº 0280584-9, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão para que faça parte integrante da presente decisão:

XX

Acrescentamos que a questão controvertida em tela diz respeito ao fato de que o agravante pretende ver reformada a decisão terminativa acima citada, ao argumento de que não há elementos de prova suficientes para garantir seja observada a verossimilhança das alegações e demais requisitos capazes de garantir a reserva de vaga para portador de deficiência em favor da parte agravada/recorrida, afirmando inclusive nas suas razões do Recurso de Agravo às fls. 109/119, "ausência de direito à participação em concurso na qualidade de deficiente físico, pela falta de comprovação inequívoca da alegada condição especial".

Reforçando tal entendimento, a parte agravante, ora recorrente, acrescenta ainda em suas razões de fls. 114 que "o laudo médico particular, apresentado pela parte recorrida, foi apresentado de modo ilegível." Porém, é imperioso ressaltar que a mesma parte recorrente deixou de falar do documento de fls. 72/73 dos autos do agravo de instrumento nº 0280584-9, onde fica evidente que o Ministério Público da União, em concurso anterior, havia, por meio de perícia médica, qualificado o recorrido como portador de deficiência, fato este que levou o Julgador Singular a conceder a medida cautelar com base no art. 273, § 7º do CPC, passando a determinar a reserva da vaga de portador de deficiência física em favor da parte recorrida, para o cargo de assistente de trânsito, agente de trânsito, até decisão posterior pelo judiciário.

Observando os pressupostos de admissibilidade da pretensão autoral, ratificou, por meio de decisão unipessoal, esta Relatoria, a decisão fustigada no recurso de agravo de instrumento, e aqui, por via oblíquo, por meio de recurso de agravo.

Logo, o agravado, ora recorrido, asseverou e comprovou suficientemente, que presentes encontram-se os requisitos necessários à concessão da reserva de vaga pretendida.

Assim, esta Relatoria, ao ratificar a decisão do Juízo a quo, reforçou o entendimento de que presentes: o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, uma vez que a falta da concessão da liminar assegurada pela decisão terminativa aqui revisitada, representaria a eliminação definitiva do demandante, ora recorrido, do concurso público em andamento, já que



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DES. ANTENOR SOARES

não mais estaria habilitado a concorrer às vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, o que seria incongruente com a situação de já haver, em outro concurso público, o referido candidato sido examinado e qualificado como sendo portador de deficiência (fls. 72/73), por perícia médica oficial, não particular, ressalte-se.

Logo, do cotejo dos autos, verifica-se que a análise médica oficial realizada no candidato pautada nos termos do Edital nº 28 – PGR/MPU, de 10 de novembro de 2010, concluiu pelo enquadramento do ora recorrido na condição de deficiente físico, nos termos do Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, disciplinadora da Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência.

Destarte, se o recorrido foi enquadrado como portador de deficiência física pela perícia médica oficial do concurso acima citado, é impossível seja tal fato ignorado, nesse momento processual, com vistas a prejudicar definitivamente a concorrência do recorrido nas vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais, sob pena de ofensa aos consagrados princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade e legalidade.

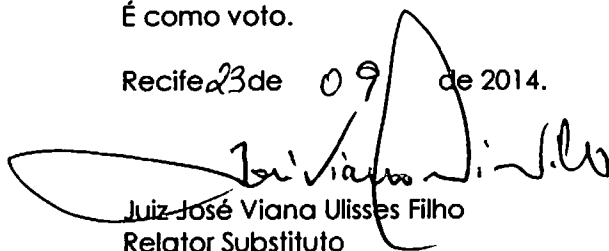
Outrossim, vale ressaltar que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade (art.37, caput da Constituição Federal), o que implica dizer que ele é válido e eficaz até prova em contrário. Ou seja, inexistindo qualquer comprovação contrária à legitimidade do diagnóstico aplicado pela junta médica do concurso, tem-se pela sua manutenção. Situação esta que não se enquadra para o presente caso.

É também certo que o Poder Judiciário não pode substituir a junta médica do concurso para reavaliar as condições físicas de cada candidato, e enquadrar qualquer um deles como portador de deficiente físico. A ele só é permitido interferir no mérito da atuação administrativa, nos casos de ilegalidade ou ato abusivo, o que, no caso sob investigação, será analisado após necessária dilação probatória nos autos originários, consoante a existência de prova de já haver o recorrido sido qualificado, em concurso público recente, como pessoa portadora de deficiência.

Diante de todo exposto, ratifico a posição expressa na decisão recorrida, passando a afirmar ser o meu **VOTO** no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento de nº 0280584-9, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento de mesmo número.

É como voto.

Recife 23 de 09 de 2014.


Juiz José Viana Ulisses Filho
Relator Substituto